

# RESENHA: TIME IS MONEY:

O LUGAR DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO BID. GUIA, GEORGE ALEX DA. SÃO PAULO: ANNABLUME, 2020. 296 P.

**MARINA CHAGAS BRANDÃO**, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL

Arquiteta e urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo; mestre em História e Fundamentos da Arquitetura pela mesma instituição; e diretora técnica no Centro de Projetos e Obras em Bens culturais da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico do Governo do Estado de São Paulo.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9495-6227>

E-mail: [marinacbrandao@gmail.com](mailto:marinacbrandao@gmail.com)

**DOI**

<http://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v17i34p188-198>

**RECEBIDO**

02/09/2022

**APROVADO**

13/12/2022

**RESENHA: TIME IS MONEY: O LUGAR DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL NAS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO DO BID. GUIA, GEORGE ALEX DA.  
SÃO PAULO: ANNABLUME, 2020. 296 P.**

MARINA CHAGAS BRANDÃO

O termo “desenvolvimento” é frequentemente utilizado no discurso das mais diversas políticas públicas. Desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável ou desenvolvimento econômico, são diversas composições utilizadas e que fazem do conceito um grande guarda-chuva que abrange, no geral, uma acepção positiva de mudança para uma situação melhor – de crescimento. No campo da preservação não é diferente. A associação “patrimônio e desenvolvimento” é frequentemente mobilizada nas políticas públicas voltadas para o campo e sua utilização deve ser compreendida dentro do contexto em que é empregada, tomando como base a noção de que essa associação não é neutra.

A partir desta premissa, o livro *Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*, fruto da pesquisa de doutorado de George Alex da Guia, defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília<sup>1</sup>, fornece subsídios para compreender a trajetória desse binômio a partir da atuação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

George Alex da Guia é arquiteto e urbanista e mestre e doutor pela Universidade de Brasília. É analista de infraestrutura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e suas pesquisas têm

1. Tese intitulada *Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe*, defendida em 2018 (GUIA, 2018).

como principais temas: urbanismo, políticas públicas setoriais de mobilidade, habitação, preservação de cidades históricas e gestão de projetos<sup>2</sup>. A pesquisa do autor, publicada em *Time is Money*, está relacionada com sua trajetória, abordando a temática das políticas de preservação do patrimônio cultural.

Como o passado é mobilizado, no tempo presente, para “trabalhar” como ativo econômico? Quais os limites desse modelo? Que sistemas de valor de uso e troca são operacionalizados nesse manejo cronológico? Quem ganha e quem perde com esse sistema de créditos? (GUIA, 2020, p. 267).

Estas são algumas das perguntas propostas pelo autor como reflexão e que permeiam o trabalho como um todo. Nesse sentido, o título escolhido para o livro é preciso: a dupla interpretação possível para “*time is money*” – inglês para “tempo é dinheiro” – indica o processo de exploração do valor de troca do passado que, segundo o autor, marcou a economia política do patrimônio desde a segunda metade do século XX (GUIA, 2020, p. 33), ao mesmo em que se refere à máxima da produção capitalista.

Organizado em quatro partes, nas quais se distribuem sete capítulos, o livro se configura como uma contribuição fundamental para o entendimento do papel simbólico do discurso e dos fluxos de capital nas políticas de preservação do patrimônio cultural. Para tal, o autor analisa projetos de desenvolvimento do patrimônio financiados pelo BID no período entre 1960 e 2010, observando as formas como o patrimônio é mobilizado no processo a partir da análise das práticas discursivas, políticas implementadas e geografia dos fluxos transacionais realizados pela instituição.

2. Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4233697748378405>.

Logo na introdução, o autor já aponta um tema recorrente nas discussões abordadas no trabalho. Em forma de diário de viagem, descrevendo situações observadas em Oaxaca e Cidade do México, no México, Valparaíso, no Chile, e Cachoeira, no Brasil, o autor apresenta algumas situações que guardam uma discussão em comum: a tensão entre o local e o global associadas ao campo da preservação. Essa tensão se apresenta ao longo do trabalho quando se discute “de que forma as agências internacionais e as instituições financeiras se articulam com os governos locais em torno de um projeto comum para patrimônio cultural?”. As problemáticas apresentadas pelo autor se relacionam sobretudo ao processo de “desconstrução do patrimônio cultural como um bem público e social e sua transformação em mercadoria, tendencialmente, como ativo financeiro” (GUIA, 2020, p. 27).

Para compreender esse processo, o livro apresenta alguns dos principais atores envolvidos. Desse modo, na introdução e na primeira parte do livro – “Jogos, performances e poder no discurso do BID” –, o autor apresenta um panorama da criação e estruturação do Banco, a fim de discutir sua prática discursiva. O BID foi criado em 1959, como um banco multilateral de desenvolvimento. O autor aponta como essa instituição, mais do que a missão de “promover o crescimento econômico em países pobres e de média renda” (GUIA, 2020, p. 29), apresenta relações complexas

internas e externas ao seu funcionamento, atuando de diversas maneiras frente ao tema do desenvolvimento ao longo de sua trajetória, considerando os diversos contextos geopolíticos. Destaca-se nesse processo a relação com outros atores, como governos locais e dos países tomadores de empréstimo, *shareholders* dos fundos fiduciários, acadêmicos e pesquisadores do campo do desenvolvimento, entre outros. Desse modo, Guia apresenta como os mecanismos do BID revelam jogos de poder entre os países:

Em outras palavras, os bancos multilaterais vão além de sua condição de agentes financeiros, dado que atuam na dimensão política e intelectual devido a sua excepcional condição de prestador, formulador e veiculador de ideias sobre “o que, como, quem deve fazer e para quem”, no que se refere aos programas de desenvolvimento do capital (GUIA, 2020, p. 30).

Mais do que empréstimos, o autor aponta como o Banco se coloca como um agente importante na circulação de ideias sobre o desenvolvimento. No primeiro capítulo – “Como tornar memória, história e identidade financiáveis?” –, Guia apresenta uma leitura da chamada “paisagem discursiva” do BID a partir da análise de documentos técnicos do órgão, produzidas por meio da rede *collocates*<sup>3</sup>, que computa a frequência com que determinadas palavras se relacionam dentro do discurso. Com isso, indica-se a existência de mudanças no discurso na trajetória do Banco, observando, dentro de condições históricas e sociais, como o termo “patrimônio” tem seu sentido deslocado: de identidade local e nacional a “produto híbrido que conjuga memória, identidade e passado [...] com os termos desenvolvimento, turismo e mercadoria” (GUIA, 2020, p. 42). A partir desta leitura, o autor indica que:

Há um claro processo de lexicalização, de constituição de vocabulário específico, por parte do Banco para *simbolicamente representar o patrimônio cultural como ativo econômico* parte das carteiras de empréstimos relacionados a processos de renovação, requalificação e reabilitação dos sítios arqueológicos, bairros históricos e paisagens naturais que possam ser, ainda mais, parte da acumulação capitalista na era da globalização (GUIA, 2020, p. 48, grifo nosso).

3. <https://www.collocates.info/>.

O autor destaca, desse modo, a “tradução de valor de uso para valor troca” (GUIA, 2020, p. 49) do patrimônio cultural nas práticas e narrativas do Banco. Relacionada a essa chave de análise, Guia aponta as associações entre a atuação e o discurso do Banco e das agências multilaterais, como Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Essa construção da noção de desenvolvimento nas agências e órgãos, bem como sua associação à cultura e ao patrimônio, é abordada na segunda parte do livro: “Mobilizando o patrimônio cultural para o desenvolvimento: o papel da Unesco”. A partir da análise dos projetos de cooperação técnica e campanhas internacionais praticados pelos órgãos na América Latina e Caribe, o autor traça um importante panorama das diversas interpretações para o conceito de desenvolvimento, aprofundadas no segundo capítulo, intitulado: “A passagem do local para o global: Unesco e a agenda de desenvolvimento para a cultura”.

Para tal, ele apresenta as origens do termo, introduzido na década de 1950, no contexto do segundo Pós-Guerra, relacionado à difusão do modelo capitalista de produção dos países centrais. Juntamente, surge a noção de “subdesenvolvimento”, que passa, então, a ter duas implicações fundamentais: a ideia de subdesenvolvimento como identidade desses países em estágios diferentes do modelo capitalista ocidental e como base comum para a atuação das agências e instituições que ofereceriam auxílio na busca pela “reversão” desta condição, por meio dos projetos de cooperação técnica ou dos empréstimos, no caso do BID (GUIA, 2020, p. 72).

Em linhas gerais, observa-se como o termo “desenvolvimento” vai de uma associação quase exclusiva ao crescimento econômico nos anos 1950, se alargando ao longo das décadas e incorporando outros aspectos, como meio ambiente, cultura e uma preocupação social. Na difusão destes discursos, a Unesco desempenha um papel fundamental, que passou, a partir dos anos 1970, a reconhecer as limitações dos modelos de desenvolvimento adotados até então. O autor aponta como, mesmo com esta ampliação de significados, o desenvolvimento segue sendo um termo controverso (GUIA, 2020, p. 77). Entre os argumentos apresentados para corroborar esta percepção, Guia indica a permanência da condição de “subdesenvolvimento”, bem como a noção de que “as economias nacionais

não são homogêneas e há variáveis, como a cultura, que tornam qualquer modelo hegemônico de desenvolvimento praticamente impossível de alcançar sucesso aos olhos das nações desenvolvidas” (GUIA, 2020, p. 78).

No terceiro capítulo – “O patrimônio cultural mobilizado para o desenvolvimento: a contribuição dos projetos de cooperação técnica da Unesco” –, o autor analisa em que medidas a Unesco e o PNUD atuaram, no período entre 1970 e 1990, na formulação de políticas de cultura como instrumentos para o desenvolvimento capitalista. Destaca-se, nesse processo, as missões técnicas Unesco/PNUD – como as realizadas no Peru, em 1965, no Brasil, em 1966 e Haiti, em 1969 – e os acordos de cooperação técnica entre 1972-1995, observando a influência destes nas políticas nacionais de patrimônio cultural. Ainda, Guia faz um importante paralelo com os resultados da implementação da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a relação da inscrição dos países da América Latina e Caribe, com a participação em de algum tipo de acordo técnico de cooperação com a Unesco.

Como síntese da segunda parte do livro, Guia conclui que:

Ao incorporar a descentralização, a dimensão social do patrimônio cultural e o financiamento internacional às suas estratégias discursivas, o projeto regional de cooperação técnica, segundo PNUD/Unesco (1996), foi capaz de construir um “consenso conceitual” sobre o tema patrimônio e desenvolvimento na América Latina e Caribe” (GUIA, 2020, p. 123).

A terceira parte do livro – “Da genealogia à geografia dos fluxos de capital: novos desdobramentos sobre o financiamento do patrimônio cultural” –, composta pelos capítulos 4 e 5, busca identificar o significado dos fluxos monetários e discursos na atuação do Banco na América Latina e Caribe. A partir destes, o autor indica como é possível verificar a transformação do bem cultural em algo mensurável pelo valor de troca, deslocando “dimensão simbólica e histórica para a monetária” (GUIA, 2020, p. 133).

Em “O patrimônio cultural no BID ou ‘o patrimônio no Banco’”, quarto capítulo do livro, o autor apresenta argumentos para afirmar como o BID foi construindo, ao longo de sua trajetória, um reconhecimento de saber específico sobre o campo do patrimônio cultural: a BID *brand*, ou “marca BID”. Essa construção da autoridade sobre o tema funcionaria como uma espécie de selo de legitimidade das ações de recuperação do

patrimônio cultural por meio da contratação de consultorias especializadas do Banco. Diante do reconhecimento desse processo, o autor identifica o BID como “máquina de produzir consensos” (GUIA, 2020, p. 147). Encerrando a terceira parte do livro, no capítulo 5 – intitulado “Geografia do financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe” –, o autor analisa a “geografia do financiamento” por meio do mapeamento dos fluxos de desembolsos e das tipologias dos projetos do Banco na América Latina e Caribe. A partir de um extenso trabalho de levantamento e sistematização dos dados, traduzidos em ricos mapas e gráficos, Guia revela a construção de fluxos desiguais de atuação do BID no território.

Por fim, a quarta parte do livro – “*Old cities, new assets*” – se dedica à análise da relação entre os discursos e a atuação do BID observada nos capítulos anteriores a partir de estudos de caso. A experiência do Programa de Recuperação e Desenvolvimento Urbano de Valparaíso (PRDUV) na cidade de Valparaíso, no Chile, e a implementação do Programa Monumenta, no Brasil, são ambos casos que contaram com empréstimo do BID. Essas situações são analisadas pelo autor, a fim de identificar “vínculos entre prática discursiva e território” (GUIA, 2020, p. 199), bem como compreender eventuais convergências entre o projeto do BID e governo local.

A partir do caso do PRDUV, tratado no capítulo 6, o autor discute como a participação do BID, com a assinatura do contrato de empréstimo firmado em 2006 e a inscrição do bairro histórico de Valparaíso na lista de Patrimônio da Humanidade da Unesco, em 2003, contribuíram para a legitimação de uma política de desenvolvimento para a região, alinhada aos interesses do governo local.

A zona histórica da cidade, tradicionalmente associada à economia e às dinâmicas portuárias, passou, desde os anos 1990<sup>4</sup>, por uma série de transformações urbanísticas no contexto de diversos programas implementados pelo governo local, que ganharam impulso, no começo dos anos 2000, com a participação do financiamento do BID, considerando, sobretudo, a definição de modelos de gestão a partir da BID *brand*. A proposta, que passava pela “revitalização” de regiões da cidade, buscava uma nova identidade para o

4. O autor cita alguns projetos, como *Programa Ejes Transversales de Valparaíso* (1995), *Valparaíso: una estrategia para reactivar la ciudad* (2002-2006), *Plano Valpo Mio*.

local, não mais portuária, mas sim como “cidade patrimônio e universitária” (GUIA, 2020, p. 206). Segundo o autor (GUIA, 2020, p. 216), o projeto e o modelo de desenvolvimento proposto no PRDUV foram alvo de críticas, justamente pelo descolamento da perspectiva histórica e social local.

O programa Monumenta é abordado no capítulo 7, a partir do qual é discutido o funcionamento do programa, bem como a mobilização do discurso de desenvolvimento nas suas diversas fases de implementação. Sobre esse processo, o autor destaca o tema da sustentabilidade econômica, argumentando que, mesmo com a mudança no governo em 2003, que teve impacto na implementação do programa, o discurso permaneceu.

A análise da noção de sustentabilidade para o Banco é discutida nas páginas desse capítulo, identificando sua relação com a lógica de investimentos cíclicos, a partir de aplicações que criam ambiente favorável para novas aplicações. O autor discute os diversos mecanismos desenhados pelo Banco com o governo federal brasileiro na implementação do Monumenta, como os fundos municipais de preservação e o programa de financiamento de imóveis privados. Assim como no caso chileno, o autor identifica que alguns dos limites da sustentabilidade proposta no Monumenta se relacionam com o deslocamento das realidades locais, na tensão global × local, apresentada desde a introdução do livro. Sobre o tema, Guia cita três importantes hiatos entre esses elementos, sendo eles: “i) desenhos dos projetos de financiamento do desenvolvimento; ii) mecanismos financeiros e; iii) cultura e economia política dos lugares de implantação dos projetos” (GUIA, 2020, p. 257).

Nesta apertada síntese da estrutura e principais temas abordados em *Time is Money*, cabe um destaque para a metodologia de pesquisa adotada pelo autor. A pesquisa empírica realizada por Guia é inédita, e a forma como está sistematizada permite vislumbrar a riqueza dos diversos documentos consultados, que sem esforços de análise como o do autor, seguiram fechados em arquivos.

A partir de relatórios, documentos internos, minutas de contratos dos órgãos pesquisados, entrevistas com diferentes atores dos processos estudados, o autor vai dissecando discursos e evidenciando estratégias adotadas pelas agências internacionais na construção de consensos sobre o campo da preservação. Esse olhar para a documentação institucional

se configura como ferramenta importante na elaboração de toda sorte de pesquisas acadêmicas, visto que podem contribuir para a interpretação de dados sobre agentes, contexto, motivação e difusão de determinados consensos, muito além das informações sobre os temas diretamente tratados nestes documentos.

Sobre o tema da produção de discursos e de consensos abordados pelo autor, destacamos sua relevância para as pesquisas sobre patrimônio cultural, tendo em vista que permite discutir a complexidade de narrativas do campo. O caso da construção da *BID brand* e o papel do PNUD/Unesco na construção desses consensos no campo abordados pelo autor se relacionam com trabalhos recentes, como da pesquisadora australiana Laurajane Smith (SMITH, 2006, 2021). Sem citar diretamente a autora, Guia ilustra esse processo do AHD nas práticas do Banco e das agências internacionais como PNUD e Unesco, que se colocam como especialistas no campo.

A autora cunhou o termo “discurso autorizado do patrimônio” (*Authorized Heritage Discourse, AHD*) para se referir à construção dessa prática em que se privilegia determinados entendimentos e valores profissionais sobre a preservação, mobilizado por profissionais e instituições especializadas no campo. O AHD reforça, entre outros valores dominantes sobre o patrimônio cultural, a noção de autenticidade e uma ideia de que o valor patrimonial é inerente ao bem. Em *Time is Money*, Guia reforça o processo de mercantilização dos bens culturais, entendidos na lógica do desenvolvimento como ativos econômicos. A identificação desses fluxos monetários e do discurso do Banco permite traçar paralelos com as práticas do AHD, seja pela consolidação do papel de especialista do BID, seja na análise das práticas e discursos do BID sobre o papel do patrimônio cultural no processo de desenvolvimento.

As contribuições sobre a relação entre patrimônio e desenvolvimento, proporcionados pelo autor a partir das contribuições do BID, extrapolam a própria trajetória do Banco e se tornam referência para o entendimento de processos recentes nas políticas de preservação do patrimônio cultural associadas ao desenvolvimento. Um exemplo é a experiência do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Histórias (PAC-CH), implementado pelo Ministério do Planejamento em parceria com o Iphan a partir de 2009.

O PAC-CH apresenta um paralelo interessante com o Monumenta, tendo em vista que foi realizado exclusivamente com orçamento do governo

federal, ao contrário do caso estudado por Guia, que se utilizou de recursos do BID. As perguntas colocadas pelo autor para identificar a forma como o discurso de desenvolvimento é mobilizado no Monumenta, bem como o papel das agências e dos governos locais neste processo, podem ser deslocadas para discutir também o próprio PACCH. Esse exercício analítico possibilita a identificação de nuances da relação entre patrimônio e desenvolvimento na agenda do governo federal brasileiro: ora mais identificada com uma visão mais estreita, associada sobretudo ao retorno econômico, ora mais alargada, incluindo aspectos de desenvolvimento social e a importância da cultura neste processo (BRANDÃO, 2020).

*Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID* é uma leitura fundamental para aqueles que desejam discutir os sentidos possíveis do patrimônio cultural a partir da mobilização dos diversos agentes e discursos envolvidos na sua gestão, identificando diferentes escalas de atuação: do global ao local. Da transformação do valor de uso para o valor de troca do patrimônio cultural, mais identificação das agências produtoras de consensos sobre o tema, o trabalho apresenta múltiplas possibilidades de desdobramentos de pesquisa, abrindo caminhos para novas e bem-vindas contribuições para o campo.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Marina Chagas. *Patrimônio na agenda do desenvolvimento e o PACCH em São Paulo: estratégias e debates nos anos 2000*. 2020. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GUIA, George Alex da. *Time is Money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID*. São Paulo: Annablume, 2020.

GUIA, George Alex da. *Trajetórias do desenvolvimento: o BID e o financiamento do patrimônio cultural na América Latina e Caribe*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2018.

SMITH, Laurajane. Desafiando o discurso autorizado de patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, [s. l.], v. 21, n. 2, 2021.

SMITH, Laurajane. *Uses of heritage*. London: Routledge, 2006.

